



URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade

Felipe Saluti Cardoso

xfgeox@gmail.com | Centro Universitário Fundação Santo André

Queda Tendencial da Taxa de Uso e Produção Alienada do Urbano

Tendency of the rate of use falling in cycles of (re)construction of urban space

Tendencia de la tasa de uso decreciente en el ciclos de la (re)construcción de lo espacio urbano

Resumo | Abstract | Resumen



1. Introdução

A tendência à obsolescência precoce das mercadorias é problema prático e teórico recorrente[1]. Neste artigo faremos algumas aproximações acerca do urbano produzido pelo capital e, com ele, a tendência a queda da taxa de uso, para usar expressão de Mészáros (2011)¹.

Apontemos a princípio para algumas observações sobre a tendência a queda da taxa de uso para então abordar a sua especificidade histórica e geográfica na dimensão do urbano. Em linhas gerais, o que está em pauta de modo objetivo é a busca da produção regida pelo capital em controlar duas tendências contrapostas e intrínsecas de seu desdobramento, porém, com objetividades complementares, a saber: 1. os capitais individuais tendem a redução dos custos de (re)produção para ampliar as suas taxas de lucro e, 2. a anarquia do mercado impele a identidade entre destruição e consumo (seja ele produtivo ou individual), ampliando contraditoriamente o desperdício. Marx (1985a) ao identificar essa contradição, enfatiza que sua natureza está no “sistema anárquico da concorrência [que] produz o mais desmesurado desperdício dos meios de produção sociais e das forças de trabalho, ao lado de inúmeras funções agora indispensáveis, mas em si e para si supérfluas” (MARX, 1985a, vol. II, p. 120).

O desmesurado desperdício encontra a sua razão de existência no desenvolvimento econômico particular de reprodução social. Marx (1985b) percebe que, já no século XIX, a produção regida pelo capital subordinou tendencialmente os efeitos úteis das mercadorias ao valor de troca.

Tal tendência com potencial força de generalização, emergiu da dinâmica reprodutiva do capital no antagonismo entre o trabalho concreto (específico e produtor de bens e serviços determinados) e trabalho abstrato (pautado e mensurado pelo tempo médio despendido e socialmente necessário para a produção de algo, seja um bem ou serviço). Assim, o

[...] que constitui o *valor de uso específico* do trabalho produtivo para o capital não é o seu caráter útil determinado, nem tampouco as qualidades úteis particulares do produto em que se objetiva, mas o seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia). (MARX, 1985b, p. 114-5)

Quando tratou da circulação, especialmente no livro II de “O Capital”, Marx (1985a) volta ao tema e reforça que o movimento geral de rotação do capital, em todas as suas metamorfoses, tornou-se mais importantes que a natureza específica ou particular do valor de uso produzido, embora a tendência a tal condição tenha sua origem na unidade contraditória da produção. Como a relação social baseada no capital visa a sua autovalorização, a produção de mercadorias compreende um momento da apropriação de trabalho não-pago, o que origina a mais-valia e as diferentes fontes de sobrevivência do capital. Os efeitos úteis das mercadorias – tangíveis ou não-tangíveis – desaparecem na universalização do valor de troca, pois a mercadoria é tida como representação da riqueza, do trabalho e do valor inerente a ela, logo

[...] a produção capitalista é, em si mesma, indiferente ao valor de uso determinado e, em geral, à particularidade da mercadoria que ela produz. Em cada esfera da produção só lhe importa produzir mais-valia, apropriar-se no produto do trabalho de determinado quantum de trabalho não pago. (MARX, 1985a, vol. III, p. 150)

O reino do valor de troca passa a ser o fundamento e o princípio da finalidade econômica dos capitais individuais, processo que se generaliza no encontro desses capitais no mercado, pois a

tendência de cada ramo do capital (produtivo ou improdutivo) é captar o valor produzido e presente na miríade de mercadorias contrapostas e com preços medidos pela dimensão da troca.

O largo processo de constituição do capital (e, com ele, do mercado mundial) contribuiu também para a ampliação de potencialidades produtivas antes adormecidas pelo isolamento e, simultaneamente, para a destruição de relações sociais fundadas em escassas capacidades de trabalho e que ainda dependiam de relações sociais fechadas em si mesmas, de habilidades individuais e técnicas limitadoras dos instrumentos de produção e de sua diversificação, bem como da gama de produtos a serem consumidos.

Em termos históricos mais amplos, a constituição do trabalho cooperativo (porém alienado) e a potencial renovação da capacidade produtiva e constante revolucionamento técnico, postos em marcha pela cisão dos instrumentos e dos meios de produção do trabalhador artesanal e das contradições endógenas a este processo, permitiram o redirecionamento da criação de novas necessidades e valores de uso, o que transformou material e subjetivamente a dimensão produtiva.

Estes elementos próprios da produção regida pelo capital, elevaram contraditoriamente a quantidade de bens a serem inseridos no mercado, alterando a qualidade das relações sociais e retirando do isolamento o trabalho e as bases tecnicamente conservadoras de sua existência, tornando-o efetivamente social. O reconhecimento do trabalho como força social e não mais individual resultou de longuíssimo prazo e desenvolvimento de uma forma econômica particular de sua apropriação. Em outras palavras, o trabalho precisou ser expropriado e a sua energia e tempo convertidos em medida “abstrata” de valor. Tal apropriação é também determinada pela qualidade particular do trabalho

assalariado que, por sua vez, “extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e não-pago” (MARX, 1985, vol. II, p. 130) mantendo a exploração como algo aparentemente natural, pois “mesmo o mais trabalho [e] o trabalho não pago aparece[m] como trabalho pago” (ibid., p. 130).

Os homens destituídos de sua singularidade, da individualidade do trabalho concreto e de seu efeito útil, e ao venderem a sua força de trabalho como mercadoria, são submetidos, de modo formal e real, ao capital que cinde a produção (objetiva e subjetivamente). Ou seja, os indivíduos são apartados dos meios fundamentais de (re)produção de sua existência. Tal cisão decorre da emergência e potência da propriedade privada dos meios essenciais de produção o que fundamenta a oposição material e subjetiva entre capital e trabalho. A esse respeito percebeu Marx (1985b) que o “processo capitalista de produção não é meramente produção de mercadorias. É um processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios para sugar trabalho não pago” (MARX, 1985b, p. 115).

A alienação, como cisão objetiva e contraditória operada no campo da produção e do consumo objetiva-se, portanto, no estranhamento em relação ao produto do trabalho, evidenciando o aspecto negativo desta alienação, em primeiro lugar no complexo econômico se generalizando, mais tarde e de modo desigual, para outros complexos da reprodução social (política, ciência, cultura, religião, arte, direito, entre outros).

Entretanto, as marcas e características do capital revolucionaram o mundo entre os séculos XV e XIX, levando a socialização antagônica da produção na sociedade de classes que começa a se expressar, simultânea e expansivamente, nos entraves

ao pleno desenvolvimento das capacidades humanas, pois a reprodução social está limitada a divisão do trabalho e as relações de produção baseadas na compra e venda de mercadorias e na apropriação de trabalho alheio, o que reafirma o movimento geral do valor de troca e a conversão de tudo em mercadoria ou capital.

Inerente à constituição do trabalho abstrato e do valor de troca como regentes da produção social, como vimos há pouco, está também a subsunção dos valores de uso que só se realizam segundo a legalidade do valor e da absorção da mais-valia global por capitais individuais, independente do efeito útil do trabalho e de seus produtos. Assim, o valor de uso ao ser medido pelos preços de mercado só se realiza como mercadoria e expressão geral do valor de troca, condição posta pela equalização da troca de bens de natureza material distintas que, independentemente de suas propriedades e efeitos úteis, são produzidos para apropriação do valor pelo capital.

Disto decorre, por um lado, a destituição dos indivíduos da potencial e autêntica realização que, subtraídos dos meios de produção que lhes permitiria autonomia em relação ao capital, precisam obter no mercado, pela venda de sua força de trabalho, o salário ou qualquer outro rendimento para obter mercadorias. Por outro, na trama da geração de valor, o uso é transformado em adereço do valor de troca, pois seu efeito útil caracteriza a diferenciação de mercadorias, destacando-as entre as demais, antecipando a sua realização e minimizando o tempo de rotação do capital.

Em casos específicos, os aspectos peculiares do valor de uso podem ser revertidos a artigo “raro” ou de “luxo” atribuindo ao seu efeito útil um rendimento excepcional na circulação do capital através de desvios do valor ou no processo de circulação e

distribuição que retém, nos artigos convertidos em capital portador de juros e rentista (dependendo de sua inserção no mercado), maiores alíquotas do valor a ser absorvido em relação a totalidade de bens e valores presentes no mercado, o que ocorre com obras de artes, arquiteturas extraordinárias, a transformação de máquinas e edificações em equipamentos de aluguel e ou capital fixo não alienável. Isso amplifica as contradições entre valores de uso e de troca, bem como cria entraves a totalidade do movimento de rotação do capital implicando em crises parciais ou globais com efeitos sociais variados e desiguais sobre diferentes complexos da reprodução social.

Porém, de modo geral, como a tendência do capital é a de perpetuar o seu movimento, há a latente obsolescência de determinados valores de uso, pois a depreciação das mercadorias e do capital fixo permite a recomposição e produção de novos valores postos em circulação, ampliando a capilaridade do valor de troca. No momento da predominância da produção regida pelo capital, a finalidade econômica de seus representantes (ou personificações) passa a ser o da realização alienada e estranhada do valor. Cabe destacar que essa realização não ocorre de modo constante e depara-se com processos, ações e tendências inesperadas. Por isso, embora os homens façam a sua história a partir de posições e práticas individuais que correspondam a sua interação e constituição no gênero humano, as circunstâncias dessas atividades são distintas com resultados que podem não corresponder ao que foi projetado.

Isto é, a tendência que ora apresentamos, embora surja na economia e tenha como ponto nevrálgico a dinâmica de capitais individuais e a busca pela apropriação de mais-trabalho e do valor no mercado, o processo em voga têm efeitos diversos, pois compreende a trama de relações sobrepostas entre vários complexos da reprodução social e as ações individuais, coletivas e de classe que

podem apresentar contratendências. Por isso, do ponto de vista deste processo, é preciso ressaltar que inexiste um para si da história e a tendência a destruição, em si, não tem um telos, pois resulta de processos objetivos contraditórios.

2. A tendência para a queda da taxa de uso na produção da geografia alienada do urbano

A subsunção dos valores de uso também aparece sob as lentes da literatura de Honoré de Balzac (2014) em sua obra “Ilusões Perdidas”[2]. O romance, escrito entre 1835 e 1843, entre outros aspectos, mostra a sujeição de objetos e pessoas ao poder do dinheiro como força social. Na apreensão estética de Balzac, faz-se sentir os problemas da sociedade burguesa e, com ela, a subsunção aos imperativos do poder político e econômico inerentes a circulação das mercadorias. Estes elementos aparecem quase como personagens nas obras de Balzac e participam dos dramas humanos criando contextos e situações específicas da vida urbana. Entre os vários campos da descrição e narrativa da vida cotidiana, a literatura balzaquiana[3] indiretamente permite apreender as antíteses da sociedade burguesa através de sua análise inconsciente de tendências econômicas e seus desdobramentos nos costumes humanos.

Na explicitação a respeito da minimização de tudo ao valor de troca, segundo o diálogo sobre a modernização da sociedade e a situação econômica do século XIX, os personagens de “Ilusões Perdidas” constatavam que chegou-se “a um tempo em que, as fortunas diminuindo por nivelamento, tudo se tornará mais pobre [...] A solidez dos produtos se acaba em toda parte. Por isso, o problema a ser resolvido é da maior importância para a literatura, para a ciência e para a política” (BALZAC, 2014, p. 118)[4].

A falta de solidez dos produtos e sua renovação se objetivam como tendência. Logo, no século XIX era possível verificar, sob as lentes do romance balzaquiano, o

[...] encolhimento geral das coisas e dos homens [que] atinge tudo, até as moradias.

Em Paris, os grandes palácios, as grandes residências serão cedo ou tarde demolidos; muito breve, não haverá mais fortunas em harmonia com as construções de nosso país. (BALZAC, 2014, p. 120)

Sem historicismos e sabendo que os processos extraeconômicos dão-se de modo extremamente desigual e com potencialidades ocasionadas por particularidades e determinações específicas, precisamos dizer que é como se os personagens balzaquianos anunciassem ou antecipassem a tendência que levou a reconstrução de Paris através das reformas de Haussmann iniciadas em 1853; embora o romance de Balzac trate da França dos anos de 1820 e tenha sido publicado em 1843, num período de intensas transformações de Paris, antecedendo em cinco anos os levantes populares de 1848, sete anos após a morte de seu autor, oito antes do golpe de dezembro de 1851, nove antes da proclamação do IIº Império por Luís Napoleão e sua ascensão ao trono e, vinte e oito anos, antes da Comuna de Paris em 1871. Particularmente e na medida em que este processo se apresentava ainda em seu gérmen, Balzac (2014) anuncia a tendência em aberto posta pela *desmedida* do valor de troca que se sobrepõe ao que é considerado velho. Desde que o *novo* seja a produção e a realização do valor, atenda as necessidades do dinheiro como personagem ativo das tramas humanas e não ofereça perigo para a acumulação e reprodução daquele tipo de sociedade pautada nos valores burgueses.

Apesar de não reconhecer em seus fundamentos a tendência anunciada, o *novo* relatado por Balzac (2014) é a recomposição e ampliação das relações de produção baseadas no capital, reafirmando as determinações do *velho* que se expressa diretamente na exploração do trabalho e na reconversão da paisagem em espaço aberto para a reabilitação do valor de troca.

Para além da literatura balzaquiana cuja dimensão apresenta tendências importantes da reprodução social como o caso de Paris e das metáforas, é possível verificar historicamente que desde a ascensão da burguesia como classe dominante a reconstrução de cidades se torna um elemento ativo e constante de realização do capital . Após ampla pesquisa empírica acerca das intervenções de Haussmann em Paris, durante o IIº Império ao longo do século XIX, Harvey (2008) identifica que a

[...] remodelação do espaço interior de Paris foi a resposta a processos que já estavam em marcha. Mas também se converteu num marco espacial ao redor do qual esses mesmos processos (de desenvolvimento industrial e comercial, de inversões em moradias e segregação residencial, etc.), podiam agrupar-se e desdobrar suas próprias trajetórias, definindo assim a nova geografia da evolução da cidade. (HARVEY, 2008, p. 145)

No mesmo período, a reconstrução de cidades inteiras na Europa derivou na expansão do projeto de classes iniciado por Haussmann e levou, segundo a expressão de Engels (1979), a *hausmanização* das cidades. Esta prática de aceleração dos ciclos de reconstrução das cidades estava enraizada nas lacerações de bairros das classes subalternas, destruindo antigas construções ligadas a centros dinâmicos que aglomeravam classes sociais variadas, habitações populares e os locais das barricadas, assim foram varridos da cidade os bairros tidos como perigosos e aqueles de

inclinação da reprodução da vida dos operários, “sobretudo os situados no centro das grandes cidades, quer isso corresponda a uma medida de saúde pública, de embelezamento, à procura de locais comerciais no centro ou à exigência de circulação, como instalações ferroviárias, ruas, etc.” (ENGELS, 1979, p. 49) alterando a escala e a dimensão das obras públicas e privadas nos grande centros urbanos.

Como constatou Hobsbawm (1996), a partir da segunda metade do século XIX, essa escala ampliada de reconstrução passou a delimitar o tempo de validade das cidades e potencializou a rentabilidade do solo urbano em Manchester, Liverpool, Londres, Viena e Berlim. Segundo Hobsbawm (1996), o *crédit mobilier* adotado na reconstrução de Paris contribuiu para a acumulação de fortunas nas mãos dos irmãos Pereire durante o IIº Império na França, espalhou-se por “toda a Europa, competindo com seus maiores rivais, os Rothschilds, [...] sendo imitados, especialmente na Alemanha” (HOBSBAWM, 1996, p. 299). Os empreendimentos financiados pelo crédito imobiliário iam longe demais e não distinguiam a fronteira entre “o otimismo nos negócios da fraude” (ibid., p. 300). Isto é, a reconstrução das cidades deparasse com a realização do valor de troca e da própria expropriação do valor realizada no campo da circulação do capital bancário ou do capital portador de juros e, para manter o processo de valorização, precisa se generalizar.

Tais tendências estendiam-se até a esfera singular da vida urbana. No cotidiano de Paris anunciado por Balzac (2014), antes mesmo de Haussmann, é possível verificar a parcelarização do espaço que atende aos “direitos” da propriedade imobiliária que monopolizava os preços cada vez mais especulativos e exorbitantes da terra e do espaço produzido. No diapasão da segregação nas cidades que distinguiam os bairros operários daqueles voltados para

aristocracia e para burguesia, emergia a necessidade subjetiva (mas, de grandes consequências econômicas e objetivas) da destruição das velhas estruturas da cidade do século XVIII. Essa necessidade atendia a modernização subjacente aos interesses da burguesia como classe dominante e dos vários segmentos do capital que se manifestavam como força hegemônica frente as formas e modos de vida que não tinham sido ainda subordinados ao mercado. Assim se desenhou a geografia liberal das cidades do século XIX, fosse na forma da expropriação latente dos projetos urbanos burgueses ou na mercantilização do espaço como meio de realização de empreendimentos variados, dilatando o mercado e as formas de apropriação de valor.

Em suma, a presença da indústria, do comércio e, também, da potência do capital portador de juros em conjunto a especulação imobiliária e a construção civil transformou a estrutura da “velha Paris”, numa “nova cidade moderna” (HARVEY, 2008). Processo que apagava objetiva e subjetivamente os resquícios do espaço afeiçoado com as classes trabalhadoras, sobretudo nos centros (ENGELS, 1979)[5]. Este urbanismo das classes dominantes, ainda em seu gérmen, aniquilou com a potencialidade do uso e do desenvolvimento das individualidades. Isto é, a produção destrutiva estimulou a especulação e o monopólio da propriedade privada e sua reprodução intrínseca ao espaço urbano de tipo capitalista.

Neste contexto, o proprietário e o burguês, em contrapartida aos valores de uso, vangloriavam-se, em deixar expresso que a “qualidade [de tudo] é o dinheiro” (BALZAC, 2014, p. 124). A expressão abstrata do valor se generaliza para toda a sociedade incluindo a produção do espaço, a geografia das cidades e, posteriormente, das metrópoles. Tal acepção permite a tudo mensurar a partir do valor de troca, incluindo aí as qualidades humanas e o dispêndio de energia e trabalho no processo de

produção[6]. A “qualidade de tudo”, dos valores de uso das mercadorias para outras atividades humanas, foi transformada em abstração sem o conteúdo concreto de sua produção e, por isso, passa a ser equivalente da riqueza social. Os homens e as “coisas” produzidas no interior das relações sociais capitalistas são mensuradas pelo valor de troca.

A mensuração do valor se converte a uma *desmedida humana*. Assim, o valor de troca alcança a sua forma mais acabada no fetiche das mercadorias, seja pelo estranhamento dos produtos sociais do trabalho ou pelo movimento supostamente autonomizado da rentabilidade do dinheiro e da propriedade privada[7].

Indiretamente, tais transformações potencializaram o poder de segmentos da burguesia que encontraram na produção do urbano um meio de extração e absorção do mais-trabalho, instituindo suas concepções de mundo e valores como dominantes e conduzindo ao aprofundamento das relações orientadas pelo lucro, pelo juros e pela renda. Logo, a qualidade dos produtos do trabalho é subvertida as forças do movimento do dinheiro e da propriedade fundiária. Ou seja, o espaço das cidades compõe e precisa ser produzido como mercadoria e capital, não pela pura generalização da primeira, mas para dar continuidade ao processo de extração e realização da mais-valia.

Por isso, pode-se verificar dos tempos de Balzac aos dias atuais, dadas as diferenças escalares e históricas, a reafirmação do valor de troca sobre o de uso e, em linhas gerais, a tendência para a obsolescência real dos produtos sociais como necessidade fundamental da reprodução do capital que também se efetiva na configuração e constante reconstrução dos espaços urbanos.

3. Notas sobre a subordinação do valor de uso ao valor e a universalização da troca

Para além das metáforas da literatura balzaquiana, a subordinação econômica para a reprodução do valor, em última instância, como imperativo da produção humana, está na projeção do valor de troca e no dinheiro, sendo o último uma mercadoria de conversão universal, além de acumular outras tantas funções como meio de pagamento, fundo do trabalho social, etc. O dinheiro como mercadoria, cujo valor de uso se converteu diretamente ao valor de troca, como símbolo do valor relativamente independente da natureza do uso e cumprindo um papel importantíssimo na reprodução social sobrepõe todos os efeitos úteis a sua abstrata e fantasmagórica representação de equivalente geral da riqueza social. Nesta trama de relações, tudo passa a ser mensurado por essa figura fetichizada da riqueza.

A respeito da fetichização do poder do valor de troca sobre as relações sociais e aos efeitos úteis das atividades dos homens, Marx (2010) em a “Questão Judaica” de 1843, antes de sua análise e crítica mais completa da economia política burguesa presente nos “Grundrisse” e em “O capital”, e ao apresentar os limites de Bruno Bauer e suas elucubrações a respeito da emancipação política proposta como resolução prática dos problemas entre judeus e cristãos na Alemanha da primeira metade do século XIX, examinou e criticou os lineamentos mais gerais do Estado e da política na sociedade burguesa, sua restrição ao desenvolvimento das forças e capacidades humanas e a alienação criada pela externalização das energias sociais na figura do Estado que cinde o mundo numa dupla relação (do Estado em oposição a sociedade civil). Sob a análise pormenorizada da alienação inerente a política e, principalmente, ao

dinheiro, Marx (2010) observa que essas forças, apartadas da energia social, emergem como zeloso deus

[...] de Israel, diante do qual não pode subsistir nenhum outro [...] humilha todos os deuses do homem – e os transforma em mercadoria [...] despojou o mundo inteiro, tanto o mundo humano quanto a natureza, de seu valor singular e próprio. O dinheiro é a essência do trabalho e da existência humanos, alienada do homem; essa essência estranha a ele o domina e ele a cultua. (MARX, 2010, p. 58)

A exemplo dos imperativos do dinheiro, sua relativa autonomia e figuração na qualidade de meio circulante, de equivalência universal das mercadorias, tendencialmente colocam no horizonte da reprodução econômica a redução dos *efeitos úteis* a necessidade da troca universal. A potencial depreciação de “tudo” apresenta-se como latência do desdobramento fantasmagórico do valor de troca que é colocado enquanto condição das concepções mentais e ideológicas dominantes e exigência econômica das atividades sociais. Por isso, o dinheiro como produto social ganha força frente a seu criador e se apresenta como tendência dominante que submete a todos aos imperativos de sua existência.

Dadas as dimensões particulares de cada formação social e a especificidade das mercadorias produzidas, o uso passa a ter um decisivo papel na diferenciação dos produtos, em sua realização em tempo mais ou menos estreito e sua realocação na circulação, convertendo as suas qualidades a necessidade da troca[8].

Por outro ângulo, como constatou Mészáros (2011), a depreciação dos produtos foi alterada de acordo com o desenvolvimento das formas de produção e de consumo particulares do modo de produção capitalista que, contraditoriamente, estão vinculadas as demandas da reprodução social. Na dinâmica do

capital, a produção e o consumo distanciaram-se da ampliação das capacidades humanas para se tornarem momentos de reposição do valor, amadurecendo historicamente as contradições deste distanciamento.

Aliás, a exigência da reposição/substituição de mercadorias no processo de reprodução e circulação ampliada do capital alterou o volume do valor a ser apropriado no mercado o que leva a destruição precoce, mesmo que o objeto e as relações produzidas não tenham em termos materiais ou de seu efeito útil sido completamente utilizados. Assim, “a troca universal não pode significar outra coisa senão a adoção universal do valor de troca como princípio orientador prático exclusivo da produção material e intelectual” (MÉSZÁROS, 2011, p. 659).

Nas tramas do amadurecimento histórico deste processo, o problema da depreciação dos bens, serviços e produtos da ação humana incluindo o capital, o trabalho e o dinheiro, não como um elemento novo na produção econômica e social, porém como resultado da esquadra histórica em que o capital rege desigualmente a vida social em todas as suas instâncias. Por isso, a destruição anunciada em seu gérmen por Balzac e que ganhou força nos ciclos de reconstrução das cidades ao longo da segunda metade do século XIX, manifestou-se ao longo do século XX e na aurora do século XXI em sua generalidade totalizante. Nesta trajetória a depreciação do valor de uso esteve contraditoriamente associada a produção e apropriação privada de excedentes do trabalho, ao surgimento de utensílios de luxo em oposição aos descartáveis, a diferenciação de bens, serviços, produtos, obras e a capacidade produtiva frente as relações de produção e distribuição do valor.

4. A intensificação da tendência à destruição como elemento da produção capitalista

A forma histórica mais completa da destruição inerentes a produção de mercadorias se objetiva após a IIª Guerra Mundial. A título de exemplo, segundo Baer e Lichtensztein (1987), o Plano Marshall investiu cerca de US\$ 46,8 bilhões (sendo 26% deste total destinado para a ajuda militar) entre 1948 e 1954 por intermédio de créditos e doações estadunidenses para a Europa Ocidental. Este montante superou os empréstimos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (hoje Grupo Banco Mundial) para a Europa neste período, chegando a aproximadamente US\$ 800 milhões. A perspectiva do Plano Marshall era a manutenção da hegemonia política estadunidense sobre a Europa Ocidental e a sua reconstrução após a intensa destruição ocasionada pela IIª Guerra Mundial criando o terreno propício para a internalização de dólares na economia do velho continente e a inauguração de um novo ciclo de reconstrução da infraestrutura de suas cidades, tidas como velhas.

Contudo, a destruição ocorrida durante a IIª Guerra Mundial foi muito bem orquestrada e seguiu a tendência da destruição como ciclo do capital. Como constata João Bernardo (2000), havia certa convergência de interesses entre os fascistas e aliados que pode ser exemplificada pela “estratégia seguida pelos bombardeios aéreos aliados” (BERNARDO, 2000, p. 52), pois deviam ser preservadas as áreas da produção, sendo destruídos os espaços de reprodução do proletariado.

A respeito, Bernardo cita os comentários de George Vassilchikov ao diário de sua irmã relatando que

[...] em fevereiro de 1942 o Marechal do Ar Arthur Harris recebeu o comando dos bombardeiros da RAF [Força Aérea britânica] com instrução do Gabinete de Guerra

para iniciar uma ofensiva sistemática contra as cidades alemãs 'tendo como alvo principal o moral da população civil e especialmente dos operários da indústria'. (VASSILTCHIKOV apud BERNARDO, 2000, p. 53)

Segundo Bernardo, "nos dois anos seguintes todas as grandes cidades da Alemanha e da Áustria e várias outras no resto da Europa ocupada foram reduzidas a escombros" (BERNARDO, 2000, p. 53). A destruição das cidades e, com ela, dos meios de comunicação e transportes e do proletariado urbano, principalmente do operariado, como meio de realização política e econômica das potências dominantes, erigia como estratégia de preservar "as instalações fabris dos capitalistas inimigos e tomando como alvo a moral, o espírito de resistência, do operário alemão, tal como estipulou o governo britânico" (ibid., p. 53).

A natureza destrutiva do capital volta-se de modo seletivo aos imbróglios de sua reprodução em diferentes complexos, incluindo a política e a própria estratégia beligerante. De modo específico o que estava em jogo era a capacidade de recuperação econômica e manutenção das dinâmicas extraeconômicas que permitiram a ascensão da hegemonia estadunidense no imediatamente pós-IIª Guerra Mundial.

A experiência de destruição territorialmente orquestrada e que tinha no urbano o local de potencial valorização do capital não era uma novidade para as práticas arquitetônicas do período da IIª Guerra Mundial, mas se intensificou durante e após o conflito devido o retorno dos investimentos para seu território, tendo como princípio a configuração do cotidiano no processo de suburbanização do proletariado e de parcelas das classes médias, como relatam Lefebvre (2008) e Harvey (2005a e b e 2014).

Além da reconstrução das áreas centrais das cidades, ocorreu o fenômeno da suburbanização que, por sua vez, promoveu a construção de edificações e infraestrutura para um novo tipo de vida dos trabalhadores e profissionais liberais, processo que destruiu a base infraestrutural anterior e deu sobrevida para negócios que envolviam a especulação com a propriedade fundiária urbana (e rural), o sistema de crédito operado por instituições públicas e privadas, a mobilização produtiva de segmentos inteiros que passavam a produzir bens híbridos sejam os de consumo individual ou coletivo e até mesmo bens ligados a indústria bélica.

Como identifica Benevolo (2010), nas cidades dos países centrais a composição do espaço produzido sob elementos da modernização técnica já absorviam, desde o século XIX, novas forças e técnicas produtivas, bem como direcionaram para o urbano uma infraestrutura renovada como potencial de absorção de determinados bens de consumo. Tal processo foi intensificado no período pós Iª Guerra Mundial (1914-1918) levando a uma brutal transformação do cotidiano de todas as classes sociais, criando também

[...] novos sistemas de construção [que se] tornam cada vez mais difícil de ajustar separadamente a aparência dos novos edifícios [...] O trânsito mais intenso e as novas instalações urbanas – o gás, a eletricidade, o telefone, os transportes públicos sobre trilhos, na superfície e no subterrâneo – devem ser comprimidos nos espaços públicos insuficientes da cidade pós-liberal. As cidades crescem cada vez mais velozmente. (BELEVOLO, 2010, p. 616)

Contudo, voltemos aos impasses e os desdobramentos da IIª Guerra Mundial. Como apreende Mészáros (2011), não só a guerra em si foi uma força destrutiva com potencial campo de reconstrução, mas os desdobramentos das intervenções do Estado encontraram

meios econômicos e extraeconômicos para contornar os problemas da reprodução baseada no valor de troca, por isso, tanto no período da generalização da crise em 1929, o que já criava um impacto sobre a infraestrutura urbana e, sobretudo, a qualidade de vida e a reprodução da classe trabalhadora, quanto no pós-guerra há intensa dinâmica entre Estado e capitais monopólicos em utilizar (para si) mecanismos extraeconômico e técnicas do aparato de guerra para renovação de investimentos voltados para a produção de mercadorias de todos os níveis e tipos, da produção de bens de consumo duráveis e não duráveis até a produção de capital constante (fixo e circulante) e edificações.

Daí decorre que a generalização da produção vinculada a transfiguração do consumo, como momento imediato de depreciação, emerge em sua qualidade destrutiva, da mesma forma que procede na produção de equipamentos bélicos cujo consumo é sua completa destruição pela superutilização em caso de guerras e conflitos ou pela sua subutilização que deteriora física e moralmente os vários produtos e obras da sociedade. Generaliza-se o fundamento da rápida depreciação das mercadorias, dos serviços, do trabalho e do próprio capital, pois todos eles são criados no âmbito de reproduzir a sua obsolescência para além da base do planejamento e /ou da queda do uso programado.

5. A produção destrutiva e imperialismo contemporâneo

Hoje, a busca por altos rendimentos do capital levou a transformação do uso em meio de realização da *troca universal* e, portanto, para a queda tendencial da taxa de valor de uso. O valor de troca universal não se limita ao aviltamento completo do uso, mas a permutação do valor através da renovação de bens, serviços e trabalho a ponto de torná-los moralmente obsoletos criando o desperdício induzido do momento da produção ao consumo.

Quaisquer obras e produtos da atividade humana são colocados sob a égide da produção de uma “necessária renovação”. Produz-se, portanto, o supostamente novo para justificar a destruição do velho e manter o [A1] processo de valorização independente de seus efeitos objetivos e subjetivos sobre “os homens e as coisas”. Não estamos dizendo aqui que a importância das revoluções técnicas deva ser abandonada ou negada, pelo contrário, a destruição de capacidades produtivas, em todos os sentidos – incluindo os equipamentos e os próprios homens – corresponde a um desperdício de energias sociais que poderiam ampliar as satisfações humanas ao invés de convertê-las as necessidades de captação do valor pelo capital.

Para além da análise da técnica em si, é preciso evidenciar que as relações de produção regidas pelo capital e, com elas, as formas de

[...] solucionar os problemas acumulados pela ativação dos mecanismos de destruição não é de modo algum algo radicalmente novo, que só aparece com o desenvolvimento recente do capitalismo. Pelo contrário, esta é precisamente a maneira pela qual o capital conseguiu se livrar, ao longo de sua história, das situações de crise: isto é, destruindo sem cerimônia unidades superproduzidas e não mais viáveis de capital, intensificando convenientemente tanto a concentração como a centralização do capital e reconstituindo a lucratividade do capital social total. (MÉSZÁROS, 2011, p. 692-3)

O método de solucionar problemas acumulados aumenta a tendência para a destituição dos valores de uso correspondendo, assim, a realização da queda tendencial da taxa de uso acompanhada pelo esgotamento e esgarçamento histórico do capital em empreender transformações positivas e qualitativamente civilizatórias e/ou emancipatórias para os homens. Por outro ângulo, a reprodução econômica do valor alienado do controle social precisa,

para se manter operante, aproximar a produção ao consumo e, com isso, diminuir o tempo e o espaço entre ambos. Deste modo, a produção precisa ser logo convertida em momento de seu consumo ou, na expressão de Mészáros, a produção é igualmente destrutiva, por duas características fundamentais, a saber: 1. a produção capitalista visa a rápida substituição das mercadorias, por isso os bens tendem a um valor de uso em constante queda ou com depreciação planejada ou inconsciente e, 2. a produção do novo que requer a destruição do velho, em todos os sentidos, contribui para o aumento da capilaridade do capital através da renovação, mesmo que desnecessária, de cadeias produtivas, hábitos e costumes para incorporar novas modalidades de produção e consumo.

Harvey (2004) apresenta problemas similares ao de Mészáros quando aborda a tendência de renovação dos “ambientes construídos” e a busca do capital, em sua totalidade, em atender e dar coerência para a lógica regional e/ou local da produção e circulação de mercadorias. Harvey (2004, 2005a e b) constata que o ordenamento econômico atual se constituiu pela construção de inflexíveis estruturas (ou de capital fixo com tempo de rotação mais longo) cujo processo de uso e degradação estão associados a um período determinado de acumulação e reprodução do capital. Porém, passado este período, as estruturas espaciais criam entraves ao processo produtivo. Tais “paisagens” são expressões das configurações espaciais da produção, da circulação, da distribuição e da troca de bens, serviços, capital e trabalho que se articulam numa coerência temporalmente estruturada e que conferem liberdade de atuação econômica limitada na concentração de grande quantidade de trabalho objetivado e de valor em determinadas localidades, por isso, podem ser apropriados de modo lucrativo. Assim, o Estado em conjunto com os capitais individuais, desigualmente, promovem e produzem paisagens geográficas “para facilitar suas atividades num

dado ponto do tempo simplesmente para ter de destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente [...] a fim de adaptar sua sede perpétua de acumulação interminável de capital” (HARVEY, 2004, p. 87).

A construção de “novas paisagens geográficas” e/ou a reconstrução de novas estruturas espaciais sobre antigos arranjos já construídos configura, por si só, uma possibilidade do capital excedente encontrar aquecimento para a valorização e potencial desvalorização em momentos de crise. Harvey (2004) tateia a superfície do processo de destruição nas formas estruturais imediatas do complexo de problemas associados a elementos gerais que promovem o deslocamento das crises econômicas através de um ajuste espacial, mas não encontra a tendência a continuidade permanente deste processo como sendo produzido, mas como momento específico que vigora somente com a desvalorização do capital.

Contudo, verifica que as mudanças tecnológicas, neste contexto, estão associadas a “forma material do processo de trabalho, através do qual se expressam as forças e relações que servem de base à produção” (HARVEY, 1990). A tecnologia, portanto, não é idêntica as forças produtivas, mas resulta da conexão com relações de produção determinadas e dominantes, por isso as renovações técnicas, vistas como único momento da destruição, são evocadas pelo capital para reiterar as relações de produção dominantes através da desobstrução dos entraves espaciais e sua renovação numa geografia histórica em constante mutação/movimento. A destruição e a criação dos complexos produtivos regionais, mais ou menos coesos e com forte presença do Estado tenta definir uma coerência estrutural geral

[...] além das puras trocas econômicas, por mais fundamentais que elas sejam, pois tipicamente abrange

atitudes, valores culturais, crenças e mesmo afiliações religiosas e políticas entre os capitalistas e aqueles que são por eles empregados. A necessidade de produzir e manter bens coletivos exige a instauração de algum sistema de governo, de preferência formalizado em sistemas de administração no interior da região. Pode-se formar alianças entre classes dominantes e a classe hegemônica no âmbito da região, conferindo à atividade política, assim como à econômica, um caráter peculiar [...] A formação de infraestruturas físicas e sociais tanto para apoiar as atividades econômicas como para garantir e promulgar valores culturais e educacionais, e muitos outros aspectos da vida cívica, reforça tipicamente a coerência daquilo que começa a surgir como entidade regional no âmbito da economia global. Padrões de comércio e competição, bem como a especialização e a concentração em indústrias-chaves ou com combinações tecnológicas, ou então em relações e capacidades de trabalho particulares, interligam economias regionais, de maneira frouxa, na forma de algum todo padronizado de desenvolvimento geográfico desigual. (HARVEY, 2004, p. 89)

A coesão estrutural geral dos territórios depende de fatores internos e externos da divisão social e territorial do trabalho, da condição da produção instituída e dos recursos e mercados consumidores produzidos e distribuídos espacialmente, das características particulares e da formação sociohistórica que implicam resistências ou facilidades para acumulação e as diferentes formas de luta e organização das classes sociais, do nível técnico-produtivo desigual que cria hierarquias produtivas em todas as escalas de reprodução do capital e das instituições que, de modo tênue, ordenam a vida social. A reconstrução, a remodelação e o ajuste espacial, para Harvey (2004, 2005b e 2011), resultam da reorganização dos componentes acima descritos, mas não sem contradições, pois o revolucionamento [A2] técnico da produção, a renovação das características inerentes a concorrência tendem a criar capital excedente e, em longo prazo, oferecem empecilhos para

a realização das mercadorias, aí sim, levando a desvalorização e um novo ciclo destrutivo.

No processo desigual de desenvolvimento, como aponta Harvey (2004), há um elemento inerente ao capital de esgotamento relativo dos espaços regionais, dos padrões de comércio e da competição, bem como na combinação de forças que mantêm temporalmente coesa certa estrutura espacial. Na combinação de “tensões entre competição e monopólio, concentração e dispersão, centralização e descentralização, fixidez e movimento, dinamismo e inércia, entre diferentes escalas de atividade” (ibid., 2004, p. 87) que o capital se desloca para buscar “processos moleculares de acumulação interminável” (ibid., p. 87).

O encadeamento entre a criação de infraestrutura (urbana ou rural, tendendo para a primeira) e a tendência para a diversificação e ramificação do capital que, por um intervalo de tempo determinado, mantém a reprodução do capital e tenciona suas relações sociais e a própria coesão do crescimento mais ou menos duradouro implicando em momentos de crises insolúveis e inerentes a própria perpetuação do movimento cíclico de crescimento do capital em relação a sua necessidade expansionista da captura da produção e realização do valor. Deste modo, o caminho em aberto para o capital, em seus limites, surge como desvalorização e deslocamento desigual de investimentos emergindo a “destruição criativa” ou renovação da paisagem geográfica e da coesão estrutural geral, com certos limites.

As relações sociais postas pela unidade contraditória da produção, porém, e como vimos ao longo deste artigo, correspondem imediatamente a construção de uma geografia cuja^[A3] expressão emerge na reprodução alienada do próprio valor de uso cuja destruição passa a ser um elemento ativo de negócios econômicos que envolvem o urbano, mesmo durante os períodos de

ascensão econômica, assim a durabilidade de sua infraestrutura e a potencial destruição de hábito e modos de vida, sobretudo os que envolvem o cotidiano, estão a todos os momentos vinculados a tendência à destruição.

Vejam como isso ocorre em nossos dias. A respeito da urbanização e da militarização da vida cotidiana, segundo Grahman (2016), do final do século XX aos dias de hoje, “militares estado-unidenses com a ajuda de empresas [...], *designers* de parques temáticos, empresas de videogames, cenógrafos de Hollywood e especialistas em efeitos especiais [...] [criam] áreas de treinamento para ataques a cidades distantes e reais” (GRAHMAN, 2016, p. 248) com uma arquitetura voltada para a destruição o que se tornou uma negócio rentável a tais segmentos econômicos.

A paisagem da produção destrutiva é constantemente reorganizada “fisicamente [em] espaços colonizados da cidade, de modo que armas de alta tecnologia e sistemas de monitoramento possam funcionar em favor do invasor” (ibid., p. 248). Como mercadoria rentável, foram construídos complexos urbanísticos da indústria bélica estadunidense no “Fort Carson no Colorado [...]; o Joint Readiness Training Center em Fort Polk, na Luisiana; Fort Benning, na Geórgia; o principal espaço do Corpo de Fuzileiros Navais de Twenty-Nine Palms, na Califórnia; e Fort Richardson, no Alaska” (ibid., p. 259) para recriar nas “cidades ocidentais desenvolvidas [...] áreas para prática de reações policiais e militares a ataques terroristas, agitação civil ou colapsos infraestruturais” (ibid., p. 259) preparando o efetivo militar para intervir em países periféricos.

As simulações se valem de experiências como a Iª e a IIª Guerras do Iraque que colocaram Bagdá ao chão, respectivamente em 1991 e 1999; a ocupação do Kosovo pelas tropas da Organização

do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1999; as diversas ocupações do exército de Israel na Palestina impactando a Faixa de Gaza e a Cisjordânia e destruindo assentamentos como Jenin, Nablus, Hebron e Ramallah no início dos anos 2000. Todos sob o álibi da “Guerra Contra o Terror”. A articulação econômica e política entre a realidade e a simulação, sob hegemonia de potências imperialistas contemporâneas, sobretudo os EUA, resultou em coalisões que vão para além do conflito propriamente dito pois promovem, em diversos países, “a suspensão dos procedimentos jurídicos, das normas legais e dos direitos democráticos” (ibid., p. 388) sob o auspício do terrorismo ou de um inimigo onipresente que ameaçam a “ordem e a normalidade” e necessitam da segurança como garantia de realização de megaprojetos ou megaeventos em grandes cidades e metrópoles mundo afora.

Porém, a suspensão jurídica dos direitos democráticos é mais comum do que o próprio Grahan (2016) pôde constatar e possibilita a utilização da destruição como elemento de realização do capital no interior do campo da política. O Estado e a política como forças aparentemente extrínsecas da vida cotidiana e, portanto, alienadas e estranhadas, como identifica Mézáros (2015), revelam em tempos atuais a Lei como campo constitucional e institucional “de si mesma em sua simbiose com a *relação estabelecida de forças*, e continua a fornecer sua legitimação pelo Estado com a mesma afirmação categórica enraizada na força, até que haja uma grande mudança na relação das próprias forças” (MÉSZÁROS, 2015, p. 18) o que se manifesta também nas relações internacionais, sobretudo na re colocação da hegemonia de certas potências.

Em outras palavras, o Estado de cunho liberal e burguês têm na viabilidade do direito e “a lei, como imposição alienada sobre os indivíduos que constituem a sociedade como um todo, [e, por isso,] não pode funcionar *de iure*, ou seja, como lei justa e adequada” (ibid.,

p. 19), sendo a lei e o Estado na sociedade de classes, o princípio da constituição de forças antagônicas e contrapostas que buscam alguma coesão no plano ideal e de grande efeito material, versa sobre as práticas sociais que se verga sob o peso dos mais fortes, do ponto de vista daqueles que controlam os processos sociometabólico. A lei e a sua potencial suspensão, configura-se, portanto, como validade para a política no campo da reprodutibilidade do capital e se afirma enquanto lei dos mais fortes, das frações de classe dominante ou do jogo que assegura a posição de controle sobre as demais classes sociais favorecendo relativamente, nos limites da ordem, várias camadas de trabalhadores. Se ampliarmos nosso horizonte, a dimensão da destruição como elemento ativo da reprodução econômica do capital apresenta, como vimos, aspectos semelhantes.

6. Conclusão

Todos os exemplos acima citados ressaltam a constatação de Marx (1985a e 2007) de que, como contradição viva, o capital é uma relação social que apresenta seus fundamentos deletérios na condição de realização das atividades humanas a partir das cisões entre os meios de produção e o trabalho e a subsunção do valor de uso ao de troca que reduzem as atividades humano-societária a absorção de trabalho alienado pela valorização em ritmo cada vez mais acelerado e cujo consumo se iguala a destruição, não se resumindo a produção de mercadorias, mas a transformação do que for preciso em mercadoria e capital, mesmo que a guerra seja um elemento posto pela necessidade da produção e, vice-versa, mantendo ativo o conteúdo da realização do valor em experiências de destruição de importantes elementos da vida social.

A destruição das cidades, inclusa nos ciclos de sua reconstrução e como potencial de reauecimento econômico em

tempos de “prosperidade”, realiza os capitais produtivos (do complexo bélico-industrial, da construção civil e pesada), rentistas (associado ao fundiário urbano e às diferentes estrutura ligadas a venda de imóveis) e bancário-financeiros (ligados a emissão de crédito e obtenção do valor através do capital portador de juros). A partir desses processos é possível constatar que uma das especificidades objetivas, históricas e tendenciais do amadurecimento do modo de produção capitalista é reproduzir-se através de sua valorização que enraíza, amplia e desloca, quando possível, suas contradições, mas nunca as elimina, tornando-a força destrutiva.

Assim, a tendência para a queda da taxa de uso e a produção destrutiva aprofundam as contradições do capital que, ao não resolver seus problemas endógenos, encontra soluções paliativas para aquecer e multiplicar os canais de valorização criando novos e explosivos problemas, pois o capital objetiva, como regra para a totalidade da vida social, promover relações associadas ao *velho reino* da produção alienada e estranhada do valor sob a égide da troca.

Referências

BAER, Mônica & LICHTENSZTEJN, Samuel (1987). **Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 239p. ISBN: 85-11-00903-63.

BALZAC, Honoré de (2012). **A comédia humana**. São Paulo: Globo, Vol. I, 2012, 871p. ISBN: 978-85-2505-292-6.

_____ (2014). **Ilusões Perdidas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. 698p. ISBN: 978-8520-937-99.

BENEVOLO, Leonardo (2010). **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2010. 727p. 978-85-2731-146-5.

BERNARDO, João (2000). **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. 98p. ISBN: 978-85-8593-451-4.



CARDOSO, Felipe Saluti (2018). **Formas alienadas da produção**: destruição criativa e produção destrutiva. *GEOUSP Espaço E Tempo (Online)*, 22(3), 572-590. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2018.138601>

_____ (2020). **Contribuição sobre a obsolescência precoce dos produtos da urbanização**: análise e reflexão sobre a construção da Linha 15-Prata do Metrô de São Paulo. *GEOgraphia*, vol: 22, n. 49, 2020, 1-16. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2021.v22i49>.

ENGELS, Friedrich (1979). **A questão da habitação**. Belo Horizonte: Aldeia Global Livraria e Editora LTDA, 1979. 76p.

_____ (2008). **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008. 383p. ISBN: 978-85-7559-104-8.

GRAHAN, Stephen (2016). **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016. 504p. 978-85-7559-499-5.

HARVEY, David (1990). **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1990. 452p. ISBN: 968-16-3302-4.

_____ (2004). **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004. 201p. ISBN: 85-15-02971-5.

_____ (2005a). **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a. 252p. ISBN: 85-7419-496-4

_____ (2005b). **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2005b. 349p. ISBN: 85-15-00679-0.

_____ (2008). **Paris, capital de la modernidad**. Madrid: Ediciones Akal, 2008. 458p. ISBN: 978-84-460-2455-2.

_____ (2011). **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011. 231p. ISBN: 978-85-7559-184-2.

_____ (2014). **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294p. ISBN: 978-85-8063-161-6

HOBSBAWM, Eric J. (1996) **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 459p. ISBN: 978-85-7753-021-2.

LEFEBVRE, Henri (1969). **Posição contra os tecnocratas**. São Paulo: Editora Documentos S.A., 1969. 203p. ISBN: 19-69-1203.

_____ (1976a). **Espacio y Política**: el derecho a la ciudad, II. Barcelona: Brasiliense/Ediciones Península, 1976a. 157p. ISBN: 84-29-71182-1 e 978-84-2971-182-0.



_____ (1976b). **Survival of capitalism**: reproduction of the relations of production. New York: Affiliated Publishers, 1976b. 131 p. ISBN: 978-03-2779-108.

_____ (2013). **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013. 451p. ISBN: 978-84-94169-5-2.

LUKÁCS, György (2011). **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011. 438p. ISBN: 978-850-7559-180-2.

MANDEL, Ernest (1982). **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 417p.

_____ (1990). **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Editora Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990, 329p.

MARX, Karl (1982). **Para a crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, pp. 3-132. ISBN: 85-351-0831-9.

_____ (1985a). **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, Vol. I ao V, 1985a. ISBN: 85-351-0831-9.

_____ (1985b). **Capítulo VI Inédito de O Capital**: resultado do processo da produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985b. 169p. ISBN: 85-882-0856-3.

_____ (2007). **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política** (Grundrisse/Borrador 1857-1858). Buenos Aires/Ciudad de México/Madrid: Siglo XXI, Vol. I ao III, 2007. ISBN: 978-96-8230-330-2.

_____ (2008). **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 272p. ISBN: 978-85-7743-048-2.

_____ (2010). **A questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010. 139p. ISBN: 978-85-7559-144-4.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011. 1102p. ISBN: 978-85-7559-140-6.

_____ (2012). **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012. 566p. ISBN: 978-85-7559-056-0.

_____ (2015). **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015. 191p. ISBN: 978-85-7559-431-5.

ZOLA, Émile (2014). **A besta humana**: edição comentada e ilustrada. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 367p. ISBN: 978-85-3781-291-4.

[1] Mészáros (2011) demonstrou a intensificação da queda da taxa de uso das mercadorias partindo da unidade contraditória do valor (uso e troca). Ao longo do século XX, outro autor a se preocupar com tal tendência foi Ernest Mandel (1985 e 1990) ao identificar que “a cada *boom* e a cada recessão a taxa de utilização do aparelho produtivo abaixa com relação à fase idêntica do ciclo precedente” (MANDEL, 1990, p. 26), assim a cada ciclo econômico, importantes parcelas dos recursos produtivos são descartadas em outros fins. Lefebvre (1969, 1976a e b e 2013) percebeu que a rápida obsolescência das mercadorias se efetua nas esferas do cotidiano e do espaço total da sociedade. No mesmo diapasão, Cardoso (2018) apresenta o debate sobre as abordagens de Harvey acerca da destruição criativa e de Mészáros sobre a produção destrutiva como tendências históricas desiguais do modo de produção capitalista. Em outro trabalho, a partir de estudo de caso a respeito da construção da primeira linha de monotrilho de alta capacidade, Linha 15-Prata da Cia Metrô de São Paulo, Cardoso (2020) apresenta como a queda tendencial da taxa de uso alcança os vários produtos da urbanização contemporânea.

[2] No gênero romance histórico, os dramas humanos foram tratados através da particularidade e contexto imediato da vida cotidiana como as paixões, as angústias e desejos, as aspirações e as ilusões do gênero humano, todas elas convertidas e apreendidas de acordo aspectos perceptíveis no adjacente mundo vivido. Assim surgem personagens que representam e sintetizam grupos, classes sociais e tipos, bem como os anseios individuais e as contradições inerentes a realização humana. Balzac, por exemplo, dedicou-se aos estudos dos costumes para, então, escrever suas obras. Embora, este tipo de literatura tenha buscado a compreensão das relações entre a vida cotidiana e a particularidade determinante de processos históricos, é também possível verificar elementos gerais de tendências econômicas que de modo algum negam a realidade do nível do vivido, pelo contrário, surgem do cotidiano e nele se realizam.

[3] Balzac (2012) sobre sua obra, em relação a literatura universal, anuncia-se como secretário da história francesa. Na introdução de “A comédia humana” enfatiza que a “sociedade francesa ia ser o historiador, eu [Balzac] nada mais seria que seu secretário. Ao fazer o inventário dos vícios e das virtudes, ao reunir os principais fatos das paixões, ao pintar os caracteres, ao escolher os acontecimentos mais relevantes da sociedade, ao compor os tipos pela reunião dos traços de múltiplos

caracteres homogêneos, poderia, talvez alcançar escrever a história esquecida por tantos historiadores, a dos costumes” (BALZAC, 2012, p. 108).

[4] David Séchard no romance de Balzac é um tipógrafo decadente que aspira financiar a poesia e ter uma vida pacata com sua amada, Ève de Rubempré Chardon, cujo irmão, Lucien de Rubempré Chardon, é a princípio financiado por David e deseja ser reconhecido escritor em Paris. O fragmento acima foi retirado do diálogo entre o tipógrafo e sua futura esposa. Na ocasião, Séchard a convencia de que a prosperidade de seu negócio viria com a utilização de recursos mais duráveis que, diferente da *tendência geral*, daria certo monopólio sobre outros tipógrafos. Mal sabia David que sua aspiração romântica foi o motivo de sua desgraça.

[5] Por isso, os trabalhadores tomaram Paris em 1871 e fundaram a Comuna como resposta a ascensão da burguesia (HARVEY, 2008).

[6] A expressão acima foi retirada da discussão entre Nicolas Séchard e seu filho, David. Nicolas é um antigo operário que se converteu a proprietário de tipografia, suas angústias revelam os anseios do liberalismo. Já David é um jovem desprezado das cesuras do mundo econômico imediato (BALZAC, 2014).

[7] A partir de meados do século XIX, o contexto anunciado por Balzac (2014) é ampliado, assim a coisificação se intensifica, o que não poderia ser visualizado e registrado com precisão pelo romancista. No contexto da segunda metade do século XIX, Emile Zola, descreveu o efeito da miríade de mercadorias que se impõem de modo alienado frente aos homens e inconscientemente registra o processo de coisificação dos homens e humanização das coisas, a ponto de reproduzir essa brutalidade de modo semelhante aos positivistas através da interpretação fatalista dos sujeitos históricos, o que o coloca entre os vários romancistas do período da decadência ideológica da burguesia (LUKÁCS, 2011). Por isso, Zola ao diferenciar-se de Balzac, afirma que suas preocupações literárias não se voltam para as relações entre os homens, mas das coisas sobre os homens, ou nas palavras do autor, “homens e mulheres são os mesmos, admitidas as diferenças de natureza, e submeto ambos às coisas” (ZOLA apud BASTOS, 2014, p. 8).

[8] Ao longo do século XX a pressão do complexo militar-industrial sobre as principais potências foi marcante, a título de exemplo, “o ex-comandante supremo das forças aliadas [e ex-presidente dos EUA], general Eisenhower, [...] – em 1961 – previu contra a crescente influência do que chamou, adequadamente, de *'complexo militar-industrial'*. Também reconheceu que a operação desse complexo era

inseparável de uma 'elite científico-tecnológica' vinculada aos interesses autônomos do complexo militar-industrial, e expressou seu medo de que a política pública como um todo pudesse se tornar *prisioneira* das forças cuja influência perniciosa ele declarou ser visível [...] em cada cidade, em cada departamento de estado e em cada gabinete do governo federal" (MÉSZÁROS, 2012, p. 282-3).

Resumo

Com o propósito de contribuir para análise da tendência à queda da taxa de uso das mercadorias e do trabalho sob a produção regida pelo capital, buscamos neste trabalho articular os ciclos de construção e reconstrução das cidades e do espaço urbano a partir do mundo moderno que permitem verificar a tendência econômica do capital da sobreposição, em última instância, do valor de troca ao valor de uso. Essa tendência econômica condiz com processos desiguais de desenvolvimento dos complexos da reprodução social envolvendo a historicidade, sem ser uma condição predeterminada. Procuraremos os efeitos da lógica capitalista da produção das cidades e os seus diferentes aspectos, bem como a validade histórica da tendência a queda da taxa de uso como contradição viva que se desloca para diferentes campos da reprodução humana sendo um limite ao pleno desenvolvimento de suas capacidades.

Palavras-chave: Obsolescência precoce. Produção alienada. Espaço urbano.

Abstract

With the purpose of contributing to analysis of *tendency of the rate of use* of the commodities and the work falling, under the production governed by the capital, in this article we intend to articulate the (re)construction cycles of the cities and the urban space from modern process that allow the verification of objectivity of economic trend of capital to overlap, in the last instance, the exchange value and the use value. This economic tendency match uneven development of complex reproduction society involving the historicity, but not as predetermined condition. We'll want, in this paper, show the effects of the capitalist logics of productions of the cities and theirs different aspects, as well as the historical validity of the *tendency of the rate use value falling* like living contradiction that displaced to different fields of human reproduction being a limit to full development of his capacity.

Keywords: Early obsolescence. Alienated production. Urban Space.

Resumen

Para contribuir al análisis de la tendencia de la tasa de uso decreciente de las mercadorías y del trabajo bajo en la producción gobernada por el capital, en este trabajo articulamos los ciclos de la (re)construcción de las ciudades y del espacio urbano del mundo moderno eso permite comprobar la tendencia económica del capital de superpuesto, en última instancia, del valor de troca a lo valor de uso. Esta tendencia económica corresponde con procesos de desarrollo desiguales de los complejos de reproducción social, eso implica la historicidad, sin ser una condición predeterminada. Buscamos los efectos de la lógica capitalista de la producción de las ciudades, los sus diferentes aspectos y la validez histórica de la tendencia a la tasa de uso decreciente como contradicción viva que se mueve a diferentes campos de la reproducción humana siendo un límite al pleno desarrollo de sus capacidades.

Palabras clave: Obsolescencia temprana. Producción alienada. Espacio urbano